



## Projeto de Lei Nº 477/2025

**SUMULA:** Dispõe sobre a obrigatoriedade de destinação de, no mínimo, 50% da largura das calçadas à livre circulação de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida e estabelece penalidades por obstrução indevida criando o Fundo Municipal de Emergência no Município de Itapevi.

**Art. 1º** Fica estabelecido que, em todo o território do Município de Itapevi, as calçadas deverão manter, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de sua área livre, de forma contínua e desobstruída, para garantir a acessibilidade de cadeirantes bem como, pessoas com mobilidade reduzida.

**Art. 2º** Considera-se obstrução de calçada a presença de qualquer objeto, construção, veículo, entulho ou mobiliário urbano que comprometa a livre circulação de pessoas no espaço mínimo estabelecido no artigo anterior.

**Art. 3º** O morador, proprietário ou possuidor do imóvel que causar obstrução em calçada será sujeito ao pagamento de multa no valor de R\$ 5,00 (cinco reais) por metro de calçada obstruída, por mês, a ser cobrado diretamente junto ao carnê do IPTU.

**Art. 4º** Os valores arrecadados a título de multa serão destinados ao Fundo Municipal de Emergência de Itapevi (FMEI) com a finalidade de custear ações de prevenção, socorro, assistência e recuperação voltadas à redução dos riscos e dos danos decorrentes de emergências ou estado de calamidade pública no âmbito do Município.

**Art. 5º** A gestão do FMEI ficará a cargo do Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Defesa Civil, ou outra que vier a substituí-la, observada a legislação pertinente.

**Art. 6º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, estabelecendo os critérios de fiscalização, autuação e cobrança das penalidades.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



## JUSTIFICATIVA

**Senhor Presidente;**  
**Senhores Vereadores;**  
**Senhoras Vereadoras;**

O presente projeto de lei visa assegurar a acessibilidade e mobilidade urbana no Município de Itapevi, garantindo que cadeirantes e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam circular de forma segura nas calçadas.

Ademais, a medida cria um mecanismo de responsabilização para moradores que obstruem o espaço público, destinando os valores arrecadados a um Fundo Municipal de Emergência, que poderá ser utilizado em situações de catástrofe ou calamidade. Trata-se, portanto, de medida que alia cidadania, solidariedade e responsabilidade social.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres colegas parlamentares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, Bemvindo Moreira Nery 23 de setembro de 2025.

**Marina Dornellas**  
**VEREADORA - UNIÃO**



### **Assinaturas Digitais**

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Itapevi. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://itapevi.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=80Z20805MX64SM2H>, ou vá até o site <https://itapevi.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: 80Z2-0805-MX64-SM2H**

